



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA A COR DA CULTURA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**SONIA APARECIDA DA SILVA PAULINO**

**VISÕES DE PROFISSIONAIS DE CRECHE SOBRE AS  
CRIANÇAS NEGRAS NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

**GUARABIRA – PB  
2015**

**SONIA APARECIDA DA SILVA PAULINO**

**VISÕES DE PROFISSIONAIS DE CRECHE SOBRE AS  
CRIANÇAS NEGRAS NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação, Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB sob a Orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Ivonildes da Silva Fonseca como requisito à obtenção do Título de Especialista.

**GUARABIRA – PB  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P328v Paulino, Sônia Aparecida da Silva  
Visões de profissionais de creche sobre as crianças negra na cidade de Guarabira/PB [manuscrito] / Sônia Aparecida Da Silva Paulino. - 2015.  
48 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Étnico Racial na Educação Infantil EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Ivonides da Silva Fonseca, Educação em Pedagogia".

1. Criança Negra. 2. Identidade. 3. Escola. 4. Relações Étnico-raciais. I. Título.

21. ed. CDD 372.12

**SONIA APARECIDA DA SILVA PAULINO**

**VISÕES DE PROFISSIONAIS DE CRECHE SOBRE AS CRIANÇAS  
NEGRAS NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/

**BANCA EXAMINADORA**

Ivonildes da Silva Fonseca

Profª Dra. Ivonildes da Silva Fonseca  
(Orientadora)

Raissa Regina Silva Coutinho

Profª Ms Raíssa Regina Silva Coutinho  
(Examinadora)

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Profª Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira  
(Examinadora)

**GUARABIRA – PB**

**2015**

## **AGRADECIMENTOS**

Sou imensamente grata a Deus por todas as coisas que a mim tem concedido proporcionando conhecimentos e vitórias.

Aos meus filhos, esposo, pai, amigos de Curso da Pós-Graduação em Especialização das Relações Étnico-Raciais Na Educação Infantil.

Aos professores que com muito carinho nos repassavam seus conhecimentos e ensinamentos.

Um agradecimento especial á minha orientadora Dr<sup>a</sup> Ivonildes Da Silva Fonseca.

## **DEDICATÓRIA**

De forma muito especial dedico aos meus grandes amores este trabalho,as minhas filhas e filho : Sandra, Sonaly, Suênia e Robério Paulino ,que cotidianamente se preocupam comigo demonstrando sempre amor e compreensão na minha jornada acadêmica e profissional.

Ao meu esposo Roberto que mais uma vez não mediu esforços me apoiando sempre. Muito especialmente ao meu querido e amado pai Silva, que sempre fica feliz com minhas conquistas e vitórias.

Aos meus irmãos(as): Eliane, Solange, Sinval, Silvio e Silton que sempre torcem e almejam meu sucesso.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.  
(Nelson Mandela)

## RESUMO

Este trabalho originado de uma pesquisa de campo, destina-se a investigar a condição da criança negra na educação infantil brasileira. Nosso embasamento teórico baseia-se na contextualização histórica da criança negra, bem como, do surgimento do espaço escolar destinado a educação infantil. Para alcançarmos o maior objetivo desse estudo, buscamos explicitar marcos legais e aportes teóricos como: LDB, Lei Nº 10639/03, PCNs e RCNEI, que destinam-se a abordar as relações étnico-raciais na educação e na própria construção identitária da criança negra dentro daquele espaço, e seu reflexo na sociedade em que esta inserida.

Palavras-chave: Criança negra; Identidade; Escola e as relações étnico-raciais.



## SUMÁRIO

1.0 .INTRODUÇÃO	10
2.0.CONHECENDO A CRIANÇA NEGRA NO BRASIL.	14
3.0. CRECHE NO BRASIL E SEUS PRESSUPOSTOS.	19
3.1.As creches no Brasil do século XX aos dias atuais	20
4.0. CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NESTE CONTEXTO.	23
5.0- A VISÃO DOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE AS CRIANÇAS EM UMA CRECHE NA CIDADE GUARABIRA.	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	44
MODELO DE QUESTIONÁRIO	48

## 1.0– INTRODUÇÃO

Todos aqueles que favorecem a manutenção, indução ou propagação do racismo, do preconceito e da discriminação racial no espaço escolar, precisam ser levados a rever suas atitudes. Não basta ser um bom professor, tem “de ensinar com perfeição sem coação”. Daí a necessidade de ser solidário em relação aos problemas que atingem aos alunos negros:

Buscar soluções para esses problemas não representa um trabalho apenas em favor dos alunos negros. Mais do que isso, representa um trabalho em favor do ser humano e em prol da cidadania, da democracia e da sociedade brasileira. (CAVALLEIRO, 1991, p.55).

Diante desta questão apresentada por Eliane Cavalleiro, faço ressalva as questões oitava, nona e décima da pesquisa em campo de uma creche na cidade de Guarabira-PB. É necessário esclarecer que, eu Sônia Aparecida (autora da pesquisa em campo), no ano de 2014, fui autora de projeto didático pedagógico, para uma instituição de educação infantil, projeto este exigido pela Secretaria de Educação da cidade de Guarabira-PB, para que nós professores participássemos, o incentivo dado foi uma premiação. O título e a temática do projeto, ficou a cargo das monitoras autoras de seus projetos.

Na construção deste projeto didático pedagógico optei pela temática da valorização da cultura afrodescendente, cujo título foi “Valorizando a cultura afro-brasileira na Educação Infantil. Busquei suporte na lei Nº 10.639/03. Em contrapartida, ao buscar suporte no corpo docente da instituição em que eu trabalho não encontrei voluntárias, no entanto, tal negação não me motivou a desistir do projeto, persisti e levei a frente a escolha pela temática. No decorrer da criação e desenvolvimento do projeto, algumas daquelas monitoras que se recusaram a desenvolver o projeto de valorização a cultura afrodescendentes puderam conhecer e compreender o porque eu queria essa temática e acabaram me ajudando na culminância do projeto em ação.

Esse projeto teve um grande significado para mim, pois as razões que me motivaram a desenvolver este projeto, foi que eu sentia a necessidade de apresentar naquela instituição de educação, a ancestralidade do povo afrodescendente, pois meu alunado, assim como o povo brasileiro é

diversificado tanto social como cultural, e meus alunos negros precisavam conhecer sobre suas raízes, já que no currículo pedagógico daquela instituição só trabalhávamos o povoamento brasileiro na perspectiva branca.

Na ocasião elaborei bastante coisa para trabalhar a temática com meus alunos, como histórias infantis, musicalidades, brincadeiras, lembrancinhas, os objetivos deste projeto foram, sobretudo, a valorização e o respeito a diversidade cultural afrodescendentes. A valorização e o respeito trabalhados nesse projeto pedagógico enfatizava a construção da cidadania, pois o público alvo deste projeto, tinha a faixa etária entre três e quatro anos de idade.

Nos procedimentos metodológicos adotados, apresentei vídeos como: a Cor da Cultura, Kiriku e a feiticeira, na apresentação destes vídeos tentamos socializá-los juntos as crianças para que estas tivessem uma melhor compreensão. Fizemos leituras de histórias africanas com bonequinhas pretas, onde através de fantoches com essas bonecas, contamos os contos, kiriku e a feiticeira, Menina bonita do laço e Amanhecer Esmeralda.

Fizemos também dinâmicas de bonecas negras e brancas, confeccionamos uma árvore genealógica, com fotos dos familiares/ ancestralidade. Cuidamos também os pais e avós, para que estes pudessem contar histórias (griots), procurando focar o contar dessas histórias para tudo que era apresentado dentro da temática afro.

Trabalhamos também ao longo desse projeto a musicalidade afrodescendente difundida no Brasil como o axé, a alimentação de origem africana, onde trouxemos alimentos para degustação dos alunos e pais ressaltando a origem do alimento.

Na culminância, buscamos fazer uma roda de conversa para apresentarmos e discutirmos a diversidade cultural das crianças, nessa roda de conversa, fizemos a dinâmica do espelho, para ajudar as crianças na autoafirmação de suas identidades étnicas, para que estas viessem a se reconhecerem.

Este projeto me deixou bastante feliz, pois me proporcionou mediar e trabalhar a diversidade cultural, bem como ajudar na construção da identidade,

pois a partir do momento em que promovo tais práticas antirracista, com ações afirmativas, acabo promovendo autoestimas no meu alunado negro, desse modo eles se veem familiarizados e valorizados enquanto negro.

Dando continuidade aos nossos estudos sobre afro-descendência brasileira, bem como sua propagação em nossas escolas, buscamos em outro momento de nossos estudos conhecer como iniciou a educação brasileira, sobretudo as creches, esta que teve início com as “rodas dos enfeitados” e teve uma expansão a partir dos movimentos operários, onde as mulheres passaram a trabalhar fora de casa, e desse modo passaram a reivindicar um lugar para acomodar seus filhos.

Nossos estudos se pautaram em diversos teóricos como: Gomes, Cavalleiros, Munanga, Pires, Lopes, entre outros, que nos permitiu conhecer ainda mais o quão difícil foi toda a historicidade da criança até que ela fosse reconhecida e respeitada enquanto ser social.

Nossos estudos se pautaram também, em leis e parâmetros como: N° 9394/96 (LDB), N°10639/03, PCNs (Pluralidade cultural e orientação sexual), RCNEI, eles que são usados como recursos para construção e elaboração dos currículos escolares, onde eles nos dão subsídios para criarmos nosso projeto político pedagógico adaptado a realidade da comunidade em que estamos inseridos. Estes aportes teóricos nos possibilitou entender o quanto estamos amparados por leis e decretos para a inserção da temática das Relações Étnico-raciais.

Observamos que faltam mais empenho por parte dos docentes para por esta temática no cotidiano escolar, e não apenas utilizá-la no dia da consciência negra,(20 De novembro), ou no dia 13 de maio (Libertação dos escravos), deixando que seus alunos negros não encontrem reflexos positivos e possibilitando que elas se sintam fora do seu contexto étnico. Neste ambiente de construção e concepção socioculturais o professor deve estar atento a diversidade de sua turma e adequar o conteúdo didático a está diversidade.

Estas prescrições legais foram elaboradas para serem postas em prática, o MEC busca trabalhar de forma igualitária a educação no Brasil com políticas

publicas e documentos oficiais, como as Leis acima citadas, estes diversos instrumentos legais explicitam as reais intenções e proposta do Governo Federal, que é tornar o Brasil num país igualitário na esfera social, mas que respeita e assume a diversidade cultural, racial e política que nele existe.

O presente trabalho objetivou trazer de forma resumida, como se deu o processo de entendimento da infância e do processo educativo da criança na Europa, tido como modelo de mundo civilizado, bem como se deu este processo no Brasil em nossa historicidade.

Objetivamos também em nosso estudo, conhecer como foram criadas às creche e pré- escolas no Brasil, e entendermos seu processo de construção, que outrora fora assistencialista, passando ao longo dos tempos a educacionais.

Piaget (1988, p. 340 diz que:

Afirmar o direito da pessoa humana à educação é, pois, assumir uma responsabilidade muito mais pesada que a de assegurar a cada um a possibilidade da leitura, da escrita e do cálculo: significa, a rigor, garantir para toda criança o pleno desenvolvimento de suas funções mentais e a aquisição dos conhecimentos, bem como dos valores morais que correspondam ao exercício dessas funções, até a adaptação à vida social.

Buscamos em nosso estudo entender e apresentar como ocorre o processo de Construção da identidade da criança negra na educação infantil e as relações étnico- raciais.

Por fim, trouxemos em nosso trabalho, a pesquisa em campo que fizemos numa creche da cidade de Guarabira, onde muitas profissionais da educação que trabalham nesta creche, ora se recusaram a responder e participar de um projeto político pedagógico voltado para o ensino e valorização da cultura afrodescendente, ora recusaram-se a dizer e a reconhecer que existe naquela instituição educacional a diversidade étnico-racial e cultural.

## 2.0. Conhecendo a criança negra no Brasil

Por volta do ano de 1550 chegaram os primeiros navios negreiros ao Brasil, desse modo forçou a substituição da mão de obra indígena pela negra. Nos séculos que perduraram a escravidão o interesse maior eram pelos homens, pois eles suportavam mais o trabalho pesado. Porém em quantidades menores eram traficadas mulheres, idosos e crianças que também eram exploradas de maneira cruel, sendo a mão de obra masculina mais valorizada pelos compradores, estes quando iam arrematar seus escravos não pensavam em suas mulheres e filhos, ocorrendo a separação de muitas famílias que aqui adentravam.

quem comprava o escravo desconsiderava os laços familiares existentes entre os negros africanos e, se assim desejassem separavam as crianças dos seus pais, mulheres de seus maridos, enfim rompiam de vez os vínculos familiares. (GÓES, Florentino, 2000, p. 180 apud LIMA, 2011).

Podemos observar ao longo de nossa leitura que a mortalidade infantil era muito alta, desta forma, a criança que conseguisse completar um ano de vida já era considerada vitoriosa, pois diversas doenças atingiam as crianças negras nesse período, dentre as principais podemos citar: mal dos sete dias, tinha, sarna, impigem, sarampo e lombriga.

As dificuldades de manter-se vivos eram enormes para aqueles que eram separados de seus familiares, em especial as crianças que tinham que enfrentar muito sofrimento, fome e até morte, quando na opinião dos compradores estes não traziam grandes lucros aos seus negócios. (PRIORE, 2000, p.91 apud MOTTA, 2009, p.3)

Os donos de escravos não se preocupavam com a reprodução natural, para eles eram mais rentáveis comprar um novo escravo homem, que logo lhe daria lucros do que uma criança, onde lhe daria apenas despesas, já que algumas crianças mal chegariam a fase adulta em condições para o trabalho braçal devidos aos maus tratos sofridos, pois muitas eram postas juntos aos adultos para trabalhar como escravos, a partir dos cinco anos de idade, tratados muitas vezes como pequenos adultos.

Analisar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo (PRIORE, 1991, p.3)

Ao observarmos a historicidade da infância podemos compreender que foram vários séculos de desrespeito, desvalorização e falta de afetividade ao sentimento de infância, mas nos dias atuais ainda verificamos um alto índice de desrespeito para com as crianças, sobretudo para com a criança afrodescendentes, seja na forma de preconceito ou discriminação racial.

.A descrição da sociedade europeia nesse assunto é:

[...] essa sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia abastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. [...] A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças a convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivessem tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. [...] Se ela morresse então, como muitas vezes aconteciam alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. (MAISON-LAFFITTE 1981, p.10 apud ÁRIES, 1981.)

Além do desrespeito a figura infantil e ao sentimento de infância, era literalmente ignorado o processo educativo dos pequenos, não existiam etapas no processo ensino-aprendizagem para que as crianças tivessem maturidade e entendimento durante essas etapas a cerca da vida e do meio social em que estas estavam inseridas, na verdade o que ocorria era o desmame e assim este “pequenos homens” eram logo inseridos no meio adulto para que pudessem produzir e ajudar a abastecer as suas famílias ou aos seus senhores.

Philippe Ariés (1978, p.39-48) enfatiza acerca do sentimento de infância, todavia vale ressaltar que o contexto que este pesquisador francês se refere é o europeu :

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo(...)embora as condições demográficas não tenham mudado muito do século XIII ao XVII, embora a mortalidade infantil se tenha-mantido num nível muito elevado, uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes.

O autor Khulmann Jr em seu livro *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*, afirma que :

a infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idades e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel. (1998, p. 16)

Foi só a partir do fim do século XVI e durante o século XVII que o sentimento de infância, foi se tornando significativo os hábitos eram mudados constantemente, o modo de vestir, de como elas eram vistas, a preocupação com a educação, a preocupação na distinção de classes sociais, e mais uma vez, frisamos que é o contexto europeu, pois no Brasil nestes períodos históricos a questão da criança negra é bem diferente do da criança branca .

É importante salientar que no século XVIII as escolas na Europa, e conseqüentemente este modelo foi adotado pelo Brasil, não eram propriamente frequentadas pelas crianças com as mesmas faixas etárias, é que o local onde as aulas aconteciam acomodavam todos que quisessem aprender, pois seus objetivos instrucionais eram técnicos e não pedagógicos, sendo assim mais jovens que crianças iniciavam na escola, por isso a ideia de que a educação escolar fosse voltada a todos não seria defendida por todos os pensadores deste século.

De acordo com a classe social na qual receberam o nome de primária e secundária, as crianças de certa forma seriam discriminadas por serem muito



pequenas, e se de classe social mais baixa eram vistas como incapazes, esta era a política adotada nas escolas da época.

Acerca da divisão de classes, Pires afirma que:

(...) na sociedade dividida em classes, a educação é utilizada para formar o “[...] homem limitado e cerceado em suas possibilidades de enriquecimento: para o fortalecimento do homem unilateral” Afirma ainda que, tal direcionamento perpassa a escola, pois “[...] Tanto na escola como na vida, a educação burguesa é um instrumento de dominação de classe, tendo seu poder localizado sobretudo na capacidade de reprodução [...] adequadas à reprodução dos interesses e do poder burguês (2003, p. 46-47)

O processo educacional dividido em classes, era reflexo dos costumes da sociedade da época, a escolarização era dada as pessoas brancas e bem abastadas financeiramente, só quem tinha muitas posses financeiras podiam ter uma educação de qualidade, assemelhando-se a educação europeia, esta que servia de padrão para qualquer tipo comportamento social.

Para entendermos melhor como se deu o sentimento de infância, sobretudo as fases da infância no Brasil, a autora Mary Del Priore, divide-as assim:

Mary Del Priore no artigo O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império divide a infância em 3 fases, cujas características variavam de acordo com a condição social e jurídica dos pais. A primeira fase iniciava-se no nascimento e terminava aos 3 ou 4 anos de idade, período que marcava o fim da amamentação. Entre os 5 e 7 anos as crianças entravam na segunda fase, quando passavam a acompanhar os pais na lide. A terceira fase iniciava na transição dos 7 para os 8 anos até aos 14 anos, etapa de aprendizado para os infantes, como a prática de pequenos trabalhos, ofícios ou estudo das letras nas escolas régias. (MOTTA, 2009).

Vimos que as fases de aprendizado e desenvolvimento físico e cognitivo da criança não eram respeitadas, salientamos que essa divisão apresentada por Priore é referente as crianças brancas, pois nesse período a criança negra era desconsiderada enquanto criança.

A escravidão teve uma diminuição com a Lei do Ventre Livre no século XIX, mas só houve a abolição definitivamente com a Lei Aurea em 1888.

Em contrapartida, os ex-escravos se depararam sem dinheiro, sem moradia, sem oportunidade de trabalho e estudos, sendo assim obrigados a aceitar todo e qualquer tipo de trabalho, praticamente sem remuneração,

muitas vezes para pagar apenas a moradia e a alimentação. Após a assinatura da Lei Áurea não houve uma orientação, nem tão pouco uma preocupação destinada a integração do povo negro na sociedade brasileira.

Segundo Cavalleiro (2000, p.28):

constata-se que a lei abolicionista não possibilitou a cidadania para a massa de ex-escravos e de seus descendentes. A partir da promulgação da lei os ex-escravos e seus descendentes foram segregados socialmente e economicamente.

Passado o período Pós- abolição, as elites brasileiras não mudaram de opinião a respeito do povo negro e entenderam o quão massacraram e humilharam o povo negro, na verdade sofreram pressões exteriores para que o Brasil terminasse de uma vez por todas com o sistema escravocrata, sob a ameaça de uma recessão financeira e política. Desse modo a elite continuava garantindo o controle social. LOPES diz que “o processo de libertação dos escravos não se deu por uma mentalidade humanística da elite brasileira, mas da emergência da restauração produtiva cujo fim do regime servil de trabalho era pré-condição”. (LOPES apud JESUS, 2012, p.04).

Historicamente, tais condições surgidas após o período abolicionista se estenderam por meios de novas roupagens, discursos como o da “democracia racial, ou/e racismo cordial”.

O debate à época evocava a necessidade de educar, moralizar, domesticar e integrar os filhos de trabalhadores .Tais ideias traduziam uma concepção de infância como um período de ingenuidade,de inocência,da facilidade de modelação do caráter. As famílias eram “ensinadas” a adquirir posturas adequadas, com relação as crianças, calcadas em valores rígidos embasados no cristianismo e nos valores morais burgueses.Também a escola e as instituições de caridade eram consideradas como um espaço de controle social, procurando-se evitar a vadiagem e a delinquência infantil, com a preocupação voltada para sua integridade física e moral. (BRASIL.MEC,2010,P.32).

### 3.0. Creche no Brasil e seus pressupostos.

A partir de um longo processo histórico e social de mais de quatro séculos a educação das crianças, que se dava principalmente no âmbito privado, nas casas ou em instituições de caridade. As crianças abandonadas eram encaminhadas para a roda dos expostos e acolhidas por instituições de caridade. Essas crianças eram em sua maioria pobres e bastardas. A roda foi utilizada pelas mulheres escravizadas como meio de livrar suas crianças do cativeiro ou então pelos senhores que pretendiam se isentar das responsabilidades e encargos da criação dos filhos das escravas. (BRASIL. MEC, 2010, p.33). Partimos, pois deste princípio, para entendermos como se deu a criação das instituições educacionais voltada para o ensino infantil, pois, em sua criação este ambiente foi voltado inteiramente a receber e tentar criar crianças abandonadas, e não tinham fins instrucionais, foi um longo período de mudanças de posturas e leis para que chegássemos ao que conhecemos hoje por creches e pré-escolas.

De acordo com Mott (1979, p.57 apud SILVA, 2013, p.132-133):

a roda recebia crianças de qualquer cor e preservava o anonimato dos pais. A partir do alvará de 31 de janeiro de 1775 as crianças escravas, colocadas na roda, eram consideradas livres. Este alvará, no entanto, foi letra morta e as crianças escravas eram devolvidas a seus donos, quando solicitadas por eles, mediante o pagamento das despesas feitas com a criação. Em 1823, saiu um decreto que considerava as crianças da roda como órfãos e assim filhos dos escravos seriam criados como cidadãos gozando dos privilégios dos homens livres.

Verificamos em nossos estudos que, algumas mães solteiras e/ou escravas, colocavam seus filhos na “roda” para que esta não fosse estigmatizada por ser filho de mãe solteira, pois era comum ser mãe solteira, estas eram iludidas por promessas amorosas nunca cumpridas, ou mesmo por abuso sexual, quando filho de uma negra, esta colocava sua criança na roda dos excluídos para que seu filho pudesse ser liberto, ser alimentado e tentar ser inserido na sociedade dos homens livres.

Diante de tantas lutas históricas em favor do direito das crianças, pressupomos que tais direitos incluíam todos os grupos e classes sem distinção de raça ou cor, (BRASIL. MEC, 2010). De acordo com os dados da

UNICEF a população indígena e negra são os segmentos mais excluídos do acesso à educação na faixa etária de zero aos seis anos de idade.

### **3.1. As creches no Brasil do século XX aos dias atuais**

Foram séculos de luta para que fatores assistencialistas se concretizassem no Brasil nos quais centros de apoio foram criados por necessidade das mães operárias no início do século XX, mesmo assim, estas instituições que atendiam a crianças pequenas o faziam como medida de saúde pública, por haver altos índices de mortalidade infantil.

Por muito tempo prevaleceu no Brasil o fator assistencialista aos cuidados da criança.

A história da educação infantil no Brasil e o atendimento a criança menor de sete anos se deu nas últimas décadas, isto é, a creche e a pré-escola foram evidenciadas na educação brasileira pela necessidade de instituições infantis para abrigar crianças que respectivamente eram filhos de mulheres que já estavam inseridas no mercado de trabalho.

De acordo com Kuhlmann Júnior (1991, p.18-19) o ano de 1899 significa um marco histórico para a institucionalização das creches no Brasil, pois funda-se neste ano o Instituto da proteção e Assistência à infância (IPAI) no Rio de Janeiro, uma instituição pioneira de grande prestígio, que posteriormente abriu filiais em todo país. Também neste ano tem-se a inauguração em 13 de novembro da Creche da Companhia de Fiação de Tecidos no Corcovado, a primeira creche brasileira para filhos de operários que se tem registro.

Mas foi a partir do início do século XX exatamente quando as fábricas começaram a absorver o trabalho barato dos europeus que entraram no Brasil como imigrantes, que chegavam aqui com mão de obra qualificada e potencializadas pelas influências dos movimentos operários que aconteceram na Europa e nos Estados Unidos, que pressionaram os donos das fábricas por melhores condições de vida para eles e seus filhos.

(Oliveira 1988, p.45), diz que:

até 1920, o atendimento em creches, orfanatos e asilos eram especialmente filantrópico e era destinado a filhos de mães solteiras que não tinham condições de criá-los, e por isso os abandonavam como solução para acolher estas crianças, desse modo tínhamos as já citadas “roda”, sendo assim as escassas creches fora das indústrias nas décadas de 20,30,40 e 50 do Século XX eram de responsabilidade de entidades filantrópicas, laicas e principalmente religiosas. Com isso as ideias de abandono, pobreza, culpa, favor, caridade, acompanham as formas precárias de atendimento a menores neste período e por muito tempo, talvez mesmo hoje tais ideias vão permear concepções acerca do que é creche.

Sander (1988 apud BRASIL. MEC, 2003, p.33) afirma que o período compreendido entre os anos 70 a 90 do século XX representou avanços na perspectiva dos direitos das crianças. Em 1970, em meio à efervescência dos movimentos sociais e o clamor pela liberdade e garantia de direitos, essas manifestações por esses direitos tomam força.

Não sem razão, diversos movimentos de mulheres surgem nesse período em uma conjuntura na qual a dinâmica dos movimentos sociais trazem a cena novos personagens, destacam-se nesse período movimento de mulheres por creches e pré-escolas, o movimento negro criticando o modelo de escola que desconsiderava o patrimônio histórico cultural da população negra, além de denunciar o racismo existente nas escolas, o que contribuíam para a evasão e o fracasso escolar das crianças negras (MELLO & COELHO,1988 apud BRASIL. MEC, 2003, p.33).

Na segunda metade da década de 1980 com as movimentações em torno do debate pela Assembleia Nacional Constituinte, os movimentos sociais alcançaram maior êxito. A partir desse período em decorrência do longo processo de lutas e conquistas, a infância é colocada na agenda pública, entendendo a criança como sujeito de direitos, reforçando a concepção de criança cidadã, da infância como tempo de vivência plena de direitos (BRASIL,MEC,2003,P.34).

Na perspectiva de que o Estado garanta esses direitos, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL. Constituição Federal,1998) traz pela primeira vez a expressão Educação Infantil para designar o atendimento em creche e pré-escola e traz a garantia constitucional

do dever do Estado com esse atendimento etário, não apenas como política de favorecimento ou benefício das mães, mas antes em direito das crianças (Artigo 28, inciso IV). A lei reconhece o caráter educacional das creches, antes pertencentes à área da assistência social passando a se incorporar à área da educação. No início da década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), considerada uma das leis mais avançadas do mundo no que se refere a programas para as crianças, apontam direitos que devem ser garantidos e respeitados por toda sociedade, reforçando os preconceitos com relação à Educação Infantil assinalados na Constituição Federal (BRASIL. Constituição Federal, 1988).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional ( Lei Nº 9.394/96) fica estabelecido de forma incisiva o vínculo entre a educação para todas as crianças e sua cidadania. Conforme esta em seu primeiro artigo:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A própria LDB enfatiza a respeito da não dissociação da educação e da família, do acesso a condições futuras de trabalho, pois sem uma educação de qualidade fica difícil termos uma cidadania plena, onde poderemos lutar e conquistar no lugar na sociedade.

No título III, do direito à educação e do dever de educar, art. 4º, IV, se afirma que :

o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade. Tanto as creches para as crianças de zero a três, como as pré-escolas para as de quatro a seis anos.

As creches e pré-escolas são consideradas como instituições de educação infantil, a distinção entre elas são feitas apenas pela faixa etária.

Abramowicz ( 2003, p. 13/14) afirma que :

A educação Infantil passa por um momento fundamental , o processo universal desta etapa da educação básica, que tem sido conquistado a partir das lutas da sociedade civil organizada em fóruns, das lutas das mulheres, dos partidos populares, etc. No entanto, precisamos estar atentos, pois a questão da qualidade de ensino na educação infantil não pode estar dissociada a universalização, as crianças nessa etapa são muito pequenas e com repertório menor contra o embate ao ensino de má qualidade.

#### **4.0. Construção da identidade da criança negra na educação infantil e as relações étnico- raciais neste contexto.**

Compreendemos que o processo de construção da identidade do ser humano ocorre muito cedo, ela acontece a partir das informações e modelos que nos são repassados ao longo de nossa vida, sobretudo na infância. Com base em concepções pré-estabelecidas o indivíduo procura similaridades para adequar-se e socializar-se. Nesse ambiente de construções e concepções socioculturais, onde o padrão desta sociedade é o ser branco, sua historicidade e padrões eurocêntricos, que o ser negro não se vê refletido nela, na escola a criança negra na maior parte de nosso Brasil não se vê refletida no conteúdo programático e nem nas festividades escolares, é pois neste sentido que a Lei nº 10.639/03 que traz em sua essência a desconstrução de conceito pré-estabelecidos sobre o papel do negro na sociedade e na historicidade brasileira, que busca trazer para o conteúdo escolar a temática negra, bem como, buscar também elevar a autoestima da criança negra, trazendo ela para dentro da historicidade e da sociedade, onde ela se veja refletida de modo positivo, que se reconheça como parte daquela.

Um indivíduo ou um grupo de pessoas pode sofrer um verdadeiro dano, uma autêntica deformação, se a gente ou a sociedade que os rodeiam, lhes mostram como reflexo, uma imagem limitada, degradante, depreciada sobre ele. (Charles Taylor apud SILVA, FERREIRA e FARIA, 2011, p. 284)

Durante muito tempo a criança negra não via similaridades de sua história no contexto escolar, desse modo acabava acontecendo a política do branqueamento, onde para se inserir naquele ambiente, ela deveria ignorar sua

cor, sua cultura pois a afro- descendência não era divulgada na escola, e assim aprender e utilizar a cultura eurocentrica, onde sua identidade negra era construída de frustrações e negação.

A partir de várias leituras vimos que tal interferência que proporciona a não compreensão identitária da criança negra, não deixando que ela se reconheça negra a partir de fatos e acontecimentos em sala de aula, a começar pelo próprio livro didático, onde a personagem branca torna-se protagonista das histórias contidas no livro, enquanto que a personagem negra fica quase que oculta, como se a história vivenciada pelos negros não tivessem nenhuma importância, também temos em sala de aula apelidos depreciativos, ou mesmo a escolhas de um determinado colega pelo outro sendo esta escolha feita porque “fulano” é branco e “cicrano” é preto (segregação feita entre crianças, durante as brincadeiras) e muitas vezes os professores se omitem em chamar a atenção daqueles que estão segregando o outro colega em razão de sua cor, e estes professores acabam reforçando indiretamente o preconceito dentro da sala de aula.

De acordo com o livro do Mistério da Educação: Orientações e ações para e Educação das Relações Étnico-Raciais:

A criança que vivencia situação semelhante de discriminação com relação ao seu corpo pode construir uma imagem positiva de si mesma. Os referenciais da criança negra a respeito de seu corpo, cor de pele, tipo de cabelo devem ser modificados, para que seja aceita por colegas e educadoras desconsiderando-se assim sua história, sua cultura. (2010, p.45)

As interferências identitárias possibilitam que a criança negra sinta-se fora do seu contexto étnico, pois a esta só lhe é apresentada a política do branqueamento tais como: o livro didático onde o branco é o protagonista e o preto quase nunca aparece, a musicalidade que deprecia a criança negra, como ‘negra do cabelo duro’, histórias infantis que na maioria das vezes não são apresentadas em sala de aula, contos que influenciam a cultura negra a exemplo de : A galinha D’angola, kiriku e a feiticeira, Menina bonita do laço de fita, mas ao contrário só contos conhecidos onde o centro da história será em torno da personagem branca como: Branca de neve, Cinderela, Cachinhos Dourados, entre outros.



De acordo com Romão ( apud Orientações e ações para e Educação das Relações Étnico-Raciais, 2010, p.45):

(...)muitas crianças, para se tornarem alunos (as) ideais, negam constantemente seus referenciais de identidade, de diferença, que em muitas situações recebem uma conotação de desigualdade. Essas diferenças são tratadas no ambiente escolar como se fossem feiuras e/ou desleixo. As crianças que lidam com situações de negação de sua identidade poderão passar por muitos conflitos que podem comprometer sua socialização e aprendizagem.

A questão religiosa também é outro ponto de negação dentro do ambiente escolar, é perceptível as dificuldades de reconhecer outras culturas religiosas dentro das instituições, ou seja o sincretismo religioso não é expansivo, ficando visível a pouca compreensão e aceitação a outros cultos religiosos.

A Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional/ LDB (1996) afirma que educação escolar laica, sendo da responsabilidade da família (entendendo família exatamente como o texto abordado) a formação religiosa da criança. No entanto muitas vezes a religião se apresenta na escola como um elemento doutrinário ou inibidor de diferentes experiências no contexto escolar. Fato é que em muitas escolas de educação infantil existem sérios conflitos originados por essa questão, como as festas juninas, (...) Percebemos que esta e outras festividades cristãs, apesar das contradições, possuem certa respeitabilidade (ou tolerância) por parte de quase todos (as), independentemente das religiões que professem. No entanto, o mesmo não se aplica às manifestações religiosas de matriz africana. As crianças descendentes de famílias que professam essas religiões dificilmente se manifestam neste aspecto, e muito menos são respeitadas quando da discussão do respeito à diversidade religiosa. ( Orientações e ações para e Educação das Relações Étnico-Raciais, 2010, p.43)

Entendemos que se o professor não está empenhado e comprometido em elevar a auto-estima da criança negra, trazendo para sala de aula também conteúdos que propicie a estas crianças familiaridade em seu contexto socioescolar, pode acontecer uma maior evasão escolar que venha acontecer de forma instantânea partindo da própria criança negra, acarretando-lhe uma baixa escolarização e conseqüentemente um baixo nível social.

A legislação brasileira nas últimas décadas, tem contemplado a educação infantil, a partir de então a promulgação da Constituição Federal de

1988, é que creches e pré-escolas passou a ser do ponto de vista, um dever do Estado e um direito da criança com base na Lei Nº 9394/96..

O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI-BRASIL,1998), destaca o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) sobre o direito ao atendimento educacional, neste documento, a educação infantil vem sendo respeitada, sendo considerada como um dos instrumentos necessários para dar início à educação e a socialização das crianças. Assim diz as partes essenciais nesta Lei no que toca a educação infantil e ao ensino igualitário:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. (BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

A aprovação e a implementação da Lei Nº 10.639/03, dimensiona o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio, tornando-o obrigatório. Essa decisão tenta resgatar historicamente a contribuição dos povos afrodescendentes na construção e desenvolvimento do Brasil.

A implantação dessa Lei e a obrigatoriedade de sua temática dentro dos currículos escolares tem iniciado amplas discussões sobre a identidade da cultura afro-brasileira, como o combate à discriminação racial no espaço escolar em diferentes níveis do ensino, essas discussões são muito produtivas, pois quando se discute é porque estamos buscando soluções para determinados problemas, estas discussões tem sido produtivas tanto para encontrarmos soluções para combater o racismo e a discriminação dentro da

sociedade brasileira, bem como para fixar na memória de todos que o negro no Brasil não é mais tema e o branco sistema, mas que ambos compõem esse mosaico de diferentes etnias dentro desse grande país e todos devem ser respeitados sem disparidades tanto social, cultural e politicamente.

Por sua vez, a Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR, que de acordo com Ribeiro (2005) instituiu a política nacional da promoção da igualdade racial e desta forma recoloca-se a questão racial na agenda nacional, ressaltando a importância de serem adotadas as políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal, tendo como principal objetivo promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, tentando reverter os perversos efeitos de séculos de preconceitos, discriminação e racismo enfrentadas diariamente pelo povo negro.

Nesse sentido ao observamos e compreendermos a questão identitária da criança negra na educação infantil, verificamos que no processo de desenvolvimento e de interação social, os seres humanos aprendem a discriminar e a estabelecer comparações e conceitos que correspondem aos comportamentos aprovados socialmente.

Kramer (2002) afirma que seria enriquecedor se considerássemos a criança como sujeito da história, ao invés de olhar para a criança como um sujeito deslocado de sua classe social, de sua cultura de sua etnia e de sua história. Ela ainda diz que “uma visão de criança cidadã, sujeito criativo, indivíduo social, produtora da cultura e da história, ao mesmo tempo em que é produzida na história e na cultura que lhe são contemporânea”. (id, p.43)

A compreensão da dinâmica das relações multirraciais no âmbito da educação representa um recurso de avanço no combate ao racismo brasileiro e as desigualdades predominantes na sociedade, a possibilidade das crianças receberem uma educação igualitária desde os primeiros anos escolares representa um dever de toda sociedade, ficando explícito o quanto as crianças são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelos mediadores, tornando-se vítimas indefesas dos preconceitos e estereótipos que acontece geralmente no seu cotidiano escolar.

A ausência da temática racial no currículo escolar impede a promoção de boas relações entre os indivíduos que integram o dia-a-dia da escola, o silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais brasileiras, favorecem para que as especificidades sejam entendidas como desigualdades e inferioridade, tais problemas raciais, ficam evidentes a compreensão destes efeitos na vida dos educandos na maioria das vezes na educação infantil. Segundo DISTANTE (apud Munanga, Superando o racismo, 2005, p.83,) Juntar os fragmentos da memória constitui o processo de identidade de uma pessoa.

Segundo Ribeiro (2002, p.150) “Crianças brasileiras de todas as origens étnico-raciais tem direito ao conhecimento da beleza, riqueza e dignidade das culturas negro-africanas. Jovens e adultos tem o mesmo direito. Nas universidades brasileiras, procure nos departamentos das disciplinas que informam sobre África. Que silêncio lamentável é esse, que torna invisível parte tão importante da construção histórica e social do nosso povo e de nós mesmo?”

A partir destes fatos, o esforço de consideração das iniciativas que visem à elevação da qualidade de vida das populações essencialmente dos segmentos marginalizados, seja por motivos culturais, econômicos ou étnicos, infelizmente ao longo dos tempos não tem produzido os resultados esperados. Isso também vem ocorrendo na educação, às condições socioeconômicas, culturais e étnicos continuam colocando barreiras para que a qualidade de vida garantida pelas leis brasileiras atendam de fato a todos os brasileiros.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais: o respeito aos valores culturais, como princípios constitucionais da educação tanto quanto da dignidade da pessoa humana (Inciso III, do art. 1º) garantindo-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos (Inciso IV do art. 3º) a prevalência dos direitos humanos (Inciso II do art. 4º) e o repúdio ao racismo (Inciso III, do art.4º). Desse modo, cumprir a lei, é pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula ou de parte da sociedade. Exige-se assim, um comportamento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e

pareceres e resoluções, possuem o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional. (BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais 2005, p.26)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, mostra que a escola deverá contribuir para que princípios constitucionais de igualdade sejam viabilizados principalmente no que se refere às questões das diversidades culturais. Nesse sentido, compreendemos que mesmo existindo ainda sérias barreiras à cultura afro-brasileira nas escolas, os avanços alcançados até hoje são importantíssimos para a construção identitária da criança, especialmente no seus anos iniciais, que ocorre na creche ou na pré-escola.

Desta forma vemos a escola como parte integrante desta sociedade, que se sabe preconceituosa, mas que reconhece que é hora de mudar que está comprometida com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos envolvidos de modo consciente.

Anjos (1989) comenta que não podemos perder de vista que entre os principais entraves ao desempenho do negro brasileiro na sociedade brasileira destaca-se a interiorização deste na escola. A raiz desta desigualdade secular estaria localizada na pré-escola.

O sistema escolar tem sido estruturado para a perpetuação de uma ideologia sócio-político-econômico que junto com os meios de comunicação social, matem uma estrutura classista, transmissora de valores distorcidos e individualistas. Primeiro são os livros didáticos, que ignoram o negro brasileiro e o povo africano como agente ativo da formação geográfica e histórica. Em segundo, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal. A ideologia subjacente a essa prática de ocultação e distorção das comunidades afro-descendentes e seus valores tem como objetivo não oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma autoimagem positiva, nem dar referência a sua verdadeira territorialidade e sua história.

Segundo Munanga (2005) :

é preciso insistir sempre que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relação a sua população. Desta forma, o modelo de educação acaba não sendo inclusivo, mesmo permitindo a entrada de todos na escola. Todos entram, ou uma maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados. Muitos saem aptos a enfrentarem a vida como verdadeiros cidadãos. ( apud Superando o Racismo na Escola, p).

Através desta reflexão sobre educação da criança negra nas escolas brasileiras, verificamos que trabalhar com a temática racial na escola é fator importante para tentar desconstruir as narrativas predominantes na escola, construir e contar uma outra narrativa de valorização da diversidade das práticas, experiências e lutas que fazem parte da vida das pessoas e dos alunos.

Assim a escola e o currículo podem procurar desconstruir as identidades essencializadas e estereotipadas, e proporcionar a construção de práticas pedagógicas e estratégias de promoção das igualdades raciais dentro do contexto escolar e também a valorização das diferentes identidades em construção presente no cotidiano escolar.

Oliveira (2006, p.27) é enfático ao dizer que: “a definição de identidade está inteiramente relacionada com a definição de reconhecer a diferença é na relação com o outro que me identifico com o não outro”.

## **5.0- A visão dos profissionais na Educação Infantil sobre as crianças em uma creche na cidade Guarabira.**

A nossa finalidade é esclarecer e mostrar um pouco da visão das profissionais da instituição que foi campo de pesquisa sobre o tratamento dado às crianças negras que corresponde ao objetivo maior deste estudo. Assim, foi construído um questionário para que fosse feita a verificação de posturas e comportamento destes profissionais na relação com as crianças e destas, as crianças negras.

A partir de questionários elaborados para coleta de dados na Educação Infantil na creche nos foi possível demonstrar os relatos coletados acerca da

visão dos profissionais desta área da educação e apresentar esta visão sobre a criança negra naquela instituição.

Assim, distribuimos questionários para cinco profissionais, porém apenas três se propuseram a responder. As questões apresentadas as profissionais da educação infantil foram:

- Há quanto tempo a senhora trabalha de monitora?
- Qual a sua idade?
- Qual o seu grau de escolaridade?
- Como a senhora se auto identifica?

( ) Negra

( ) Preta

( ) Branca

( ) Indígena

( ) Amarela

( ) Outra. Qual?

5-Você gosta de trabalhar com criança? Justifique.

6-Na sua opinião as crianças se comportam de forma diferente? Explique.

7-Na sua opinião quais as crianças mais trabalhosas: as negras ou as não negras?

8- Nesta creche existe alguma ação que valorize a auto estima das crianças?

9- Existe alguma ação que enfoque a criança negra?

10- Quais histórias infantis que são contadas nesta creche?

Com base nestas dez questões, obtivemos as seguintes respostas:

Na primeira pergunta apresentada, os anos de trabalho variam entre três, oito e dezesseis anos, então podemos perceber que a maioria já tem uma boa experiência na educação infantil;

Quando perguntamos acerca da idade, notamos que as mesmas tinham entre 36 e 37 anos, o que mostra uma maturidade e consciência dos atos.

Com a terceira pergunta, a escolaridade identificada era o magistério e o ensino médio completo. Nesta questão fica claro, que todas as professoras não são leigas quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Na identificação de sua cor, uma disse ser indígena, a outra parda e a outra negra. Aqui está uma auto identificação que corresponde ao que é dito no Brasil. Fazemos uma ressalva ao termo parda.

Com a quinta questão, esta referente ao gostar do trabalho com crianças, só uma respondeu sim, as demais responderam “sim, porque cada criança é uma experiência diferente que a gente adquire”, “sim porque elas aprendem com o nosso conhecimento”.

Com a resposta a quinta questão, percebemos na fala de uma das monitoras, ela afirmando que as crianças oferecem “experiências diferentes” e com a crianças elas também aprendem.

Na continuidade, a outra monitora reconhece que as crianças é que aprendem e assim entendemos que as duas respostas levam ao entendimento de que as pessoas aprendem uma com as outras, conforme Freire (1981, p.79): “ Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Na sexta questão que faz referência ao comportamento das crianças, só uma respondeu que as mesmas são normais, as outras duas responderam que umas são mais calmas, outras mais agitadas. A respeito dessas respostas, ressaltamos que as crianças consideradas normais são as que ficam quietas, não brigam, não desobedecem e esses tipos de crianças muitas vezes são preocupantes.



Na sétima questão correspondente á identidade étnica das crianças, elas responderam que “ são iguais ” , “ cor não tem nada haver ”, “ na escola não temos diferença de raça e cor ”.

Nesta observação acerca da identificação étnica, identificamos que há uma negação por parte das monitoras sobre a composição étnica das crianças. Isso revela que nesta creche há dificuldades para as crianças expressarem os seus valores culturais, a exemplo da religião, que como sabemos na cidade de Guarabira existe uma diversidade religiosa e esta diversidade não é bem aceita.

Nesta creche, local de nossa pesquisa, há crianças de quatro anos que comentam : “- tia ontem eu fui ao culto com minha mãe”. Nesse comentário feito pela criança, se por um acaso, ela viesse a comentar que houve um encontro com caboclo, por exemplo, será alvo de críticas. Deste modo, fica claro que o tratamento às crianças não pode ser feito com base na igualdade mas, no respeito às diferenças. Assim as respostas dadas pelas monitoras, mostram que elas estão necessitando de conhecimentos específicos étnico-raciais. Sem instruções específicas da temática étnica, elas continuarão a reproduzir preconceitos raciais, religiosos entre outros com as crianças.

Segundo Antônio Olimpio de Sant’ Ana ( 2005, p.50 apud MUNANGA, 2005)

quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado através dos livros didáticos. Não nos esquecendo, ainda do racismo institucional, refletido através de políticas educacionais que afetam negativamente o negro.

Nessa perspectiva de respeito às diferenças, constatamos que nas respostas dadas a oitava questão, não há espaço de respeito à identidade étnica da criança negra, e assim, as outras crianças também aprenderão a reproduzir preconceitos e desrespeito às diferenças, que são a riqueza da convivência.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil Vol. I de 1998 há ênfase sobre :

A pluralidade cultural isto é, a diversidade de etnias, crenças, costumes, valores etc. que caracterizam a população brasileira marca também, as instituições de educação infantil. O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. Assumir um trabalho de acolhimento às diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias significa valorizar e respeitar a diversidade, não implicando a adesão incondicional aos valores do outro. Cada família e suas crianças são portadoras de um vasto repertório que se constitui em material rico e farto para o exercício do diálogo, aprendizagem com a diferença, não discriminação e as atitudes não preconceituosas. Estas capacidades são necessárias para o desenvolvimento de uma postura ética nas relações humanas.

Neste sentido, as instituições de educação infantil, por intermédio de seus profissionais devem desenvolver a capacidade de ouvir, observar e aprender com as famílias.

Acolher as diferentes culturas não pode se limitar às comemorações festivas, a eventuais apresentações de danças típicas ou a experimentação de pratos regionais. Estas iniciativas são interessantes e desejáveis, mas não suficientes para lidar com a diversidade de valores e crenças. (BRASIL. MEC, 1998, p.77)

Quanto à nona questão, observamos que as monitoras divergiam nas respostas, nas quais duas profissionais afirmaram não haver enfoque para criança negra, mas uma só disse que sim, não explicando qual.

Com isto, é perceptível a falta de esclarecimento destas profissionais sobre a diversidade cultural de seu alunado, contribuindo assim com o não conhecimento das relações étnico-raciais.

[...] para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/ diversidade étnico-cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outra. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (GOMES, 2005, p.147 apud MUNANGA, 2005)

Na décima questão, as monitoras citam os contos trabalhados em sala, como: Os três porquinhos, Chapeuzinho vermelho, entre outros, dos quais só fazem jus aos clássicos bem conhecidos e isto só fortalece a tão permanente branquitude das escolas brasileiras. Vale ressaltar que a repetição desses contos torna a atividade enfadonha e não valoriza a cultura afro-brasileira. Apenas uma monitora mencionou que há sim livros que mostram a temática

negra positivada, como Kiriku e a feiticeira, ou o vídeo A cor da cultura que fala sobre contos africanos e sobre essa fala tem a de Nilma Lino Gomes ( 2001, p. 89 ) :

[...] no Brasil, ser negro é torna-se negro. O conhecimento dessas questões podem nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presentes na escola e na sociedade.

Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática.

Sabemos que na área da educação infantil em muitas cidades brasileiras do interior, as profissionais iniciam as atividades trabalhistas com o mínimo de instrução educacional pedagógica e isto percebemos nas respostas direcionadas ao quesito escolaridade. Todavia há por parte das profissionais conhecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais, pois as Creches geralmente contam com as coleções dos PCNs e dos RCNEIs, mas também no Curso de Formação do Magistério que nos habilita como professores, já absorvemos estes conhecimentos.

As profissionais da educação infantil, participam de encontros pedagógicos nos quais estes Referenciais são citados, sendo assim, estas não são pessoas leigas que adentram na educação infantil com intuito de forma cidadãos conscientes e respeitados em todos os ambitos: Social, cultural, religioso, educacional,etc. Ter profissionais que conheçam a LDB, os PCNs, RCNEIs e Leis específicas voltada ao ensino da diversidade como a 10.639/03, e que possam contribuir estando imbuído em uma educação igualitária para todos, contudo o grande desafio da educação infantil e seus partícipes é compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo.

Para ocorrer uma mudança significativa desta temática dentro da educação, em especial a infantil, os Parâmetros curriculares nacionais orientam a promoção da igualdade racial em um dos temas transversais, Pluralidade Cultural (PCNs, 2001, p.65),

trata-se da singularidade do Brasil, na forma como aqui se apresenta uma população de origem diversificada, portadora da cultura que se preservam em suas comunidades, ao mesmo tempo se

amalgamaram em novas configurações. Trata-se de estruturas que são comuns a todos, dos entrelaçamentos socioculturais que permitem valorizar aquilo que é próprio da identidade de cada grupo, e aquilo que permite uma construção comum, onde cabe pronunciar o pronome 'Nós'.

Verificamos também que muitos profissionais necessitam de uma formação voltada para as relações étnico-raciais, pois a falta desta no âmbito escolar interfere na construção da auto-estima da criança negra, ficando desse modo prejudicada em sua formação identitária, religiosa, cultural e econômica. Quando desconhecemos nossas raízes não entendemos porque somos ou agimos de determinado modo, é preciso compreender o que somos para sabermos para onde queremos ir, quando entendemos a herança genética, os fenótipos, que me fez ter o cabelo crespo, ou liso, ou encaracolado, ou mesmo quando minha mãe diz que sou filha de lemanjá, ou filha de nossa Senhora, ou mesmo quando não sei porque meu povoado dança quadrilha, kuduro, capoeiras, ou mesmo porque não sei a razão do meu pai preto viver levando revistada de polícia, ou não arranjou um emprego no shopping já que tinha currículo para entrar na empresa, ou porque não tenho uma escola com bom ensino, ou não temos dinheiro para comer bem, vestir coisas novas ou nunca passeamos; enquanto não aprendermos e compreendermos como somos, o que fazer para mudar nossa condição socioeconômica e cultural e fortalecemos nossas identidades africanas continuaremos nessas relações hierárquicas que são definidas pela nossa cor. A cerca da hierarquia social Munanga (2008, apud Miranda, 2010, p. 26) diz que :

a identificação do indivíduo está relacionada à percepção da cor da pele e dos traços negróides, que dependem da tomada de consciência destes pelo observador e também de uma série de elementos não raciais: maneiras, educação, profissão, estilo e padrão social.

Os parâmetros curriculares nacionais (Pluralidade cultural), enfatiza sobre a questão da diversidade cultural para que estes princípios sejam adotados nas escolas brasileiras.

A necessidade imperiosa da formação de professores no tema pluralidade cultural. Provocar essa demanda específica na formação docente é exercício de cidadania. É investimento importante e precisa ser um compromisso político pedagógico de qualquer planejamento educacional / escolar para a formação e/ ou desenvolvimento profissional dos professores. (PCNs. Temas transversais, 1997, p. 123)

As contribuições que a Lei Nº 10.639/03 pode trazer a educação infantil, nas quais os aspectos da cultura afro-brasileira precisam ser percebidas e exploradas por todos que participam do sistema educacional brasileiro, como estratégia para minimizar o preconceito, a discriminação e o racismo que imperam em nossa sociedade e atingem estudantes negros de todo o país, a inclusão da Lei nº 10.639/03 no currículo escolar para ser trabalhada pelas profissionais da educação infantil, estas devem compreender que tais conhecimentos seriam de suma importância para o seu desenvolvimento profissional ou quem sabe até mesmo intelectual.

No campo das políticas públicas educacionais, contamos com dois marcos legais importantes para a inclusão da população negra e, principalmente, para a sua permanência no sistema educacional brasileiro.

O primeiro é o art. 26 A da L.D.B/9394/96 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira na educação básica; o segundo é a Resolução CNE nº 01/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana.

Com base na pesquisa em campo, e também nos estágios que fizemos em escolas, creches e pré- escola ao longo do curso de graduação de licenciatura em pedagogia na cidade de Guarabira observamos que as profissionais da educação infantil, também não apresentam resultados qualitativos e quantitativos sobre valores e ações em atividades ou materiais didáticos/pedagógicos que apresentem a criança negra valorização e familiaridades com sua raça e histórias que estas possam se ver refletidas, deixando desse modo de abordarem a diversidade cultural que a criança traz consigo ao entrarem no ambiente escolar, tendo em vista que as relações são criadas fora dos muros das instituições escolares, onde envolvem família, grupo social, religião, gênero etc, proporcionando desse modo que a criança já chegue na escola com bagagem sociocultural.

É por isso que entendemos que as profissionais da educação infantil deveriam receber estudos das relações étnico-raciais, porque assim elas

poderiam contribuir para uma formação igualitária entre crianças negras e não negras, minimizando as muitas desigualdades existentes em nosso país.

Constatamos então que o professor e todo o corpo escolar são figuras importantes na educação do aluno não seria nenhum exagero, mas alguns profissionais da educação ainda não se atentaram a este detalhe, bem como o importante papel que exercem como grandes mediadores no processo ideológico reforçando a transmissão destes estereótipos e preconceitos.

Pensamos na capacitação destes profissionais da educação para que cada vez mais eles estejam qualificados pedagogicamente, e com o compromisso de resgatar a subjetividade do ser humano, considerar a história e a cultura.

É perceptível que a falta destes esclarecimentos acerca da formação social brasileira prejudicam não só seus alunos, porque eles deixam de conhecer ainda mais sobre sua história social, bem como se colocam numa postura que elas mesmas não conseguem enxergar suas identidades raciais, deixando parecer que elas não sabem como lidar com a diversidade que as acompanham em seu cotidiano inclusive o escolar e de acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil (2001, p.20):

Ao olhar para alunos que descendem de africanos, o professor comprometido com o combate ao racismo deverá buscar conhecimento sobre a história e cultura destes alunos e de seus antecedentes. E ao fazê-lo, buscar compreender os preconceitos embutidos em sua postura, linguagem e prática escolar, reestruturar seu envolvimento e se comprometer com a perspectiva multicultural da educação.

O conhecimento da criança implica o respeito à sua cultura, corporeidade, estética e presença de mundo, contudo, em muitas situações as crianças negras não recebem os mesmos cuidados e atenção dispensados às crianças brancas. (CAVALLEIRO, 2001)

Entendemos que tal conhecimento traria ao profissional da Educação em geral mais informações e esclarecimentos sobre a formação brasileira trazendo assim mais clareza no momento do repasse das informações ao seu alunado, bem como saber como lidar no momento em que verificar que em sua turma esta havendo discriminação entre os pares, onde estes profissionais possam

lidar com estas realidades sem constrangimentos e segregação e que possam mostrar que não há superior e inferior, enriquecendo no processo da construção das identidades, sobretudo da criança negra, esta tão estigmatizada em qualquer esfera social brasileira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante nossos estudos buscamos conhecer a visão de educadores da educação infantil da cidade de Guarabira/PB, aplicamos um questionário para que pudéssemos entender como as monitoras tem trabalhado a temática negra naquela instituição. Concluímos nossa pesquisa com o sentimento de pesar, pois observamos que há muita resistência por parte dessas educadoras em trabalhar e reconhecer a diversidade existente na educação brasileira, bem como na educação infantil.

Almejamos ainda ter a oportunidade de ver estes profissionais comprometidos com a boa formação educacional e sociocultural dos seus educandos, onde estes mesmos profissionais estejam empenhados em interferir positivamente na construção identitária das crianças negras de sua escola.

## REFERÊNCIAS

AIRES, Philippe. *História social da criança e da família. LTC: Rio de Janeiro, 1978.*

ABRAMOWICZ, A; WASKOP, G. *Creches: atividades para crianças de zero a seis anos.* Sao Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente Brasília, 2010.*

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF,2001, p. 65.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: . Acesso em: 26 mar. 2012.



CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo e preconceito e discriminação na educação infantil*. 2ª Ed. São Paulo: contexto, 2003.

CAVALLEIRO, E. *Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola*. In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse SILVEIRA, Sônia M. (Org.) *Os negros e a escola brasileira*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1999.

\_\_\_\_\_. *Africanidades, afrodescendência e educação*. *Revista Educação em Debates*, [S.l.], ano 23, v.2, n.42, 2000.

-----*Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Educando a infância brasileira*. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. *Pedagogia do Oprimido*. 9ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

JESUS, Samuel de . *O Negro na Educação Brasileira*. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas Reg.:* 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM N° 01 – Ano I – 05/2012.

KUHMANN JR. Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Ademil. *Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública de São Carlos/SP*- São Carlos: EDUFSCar, 1995.

LIMA, Fernanda da Silva. *A História da criança negra nas primeiras décadas do século XIX*. 2011.

Ministério da Educação/ secretaria da Educação Continuada, alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a educação das relações Étnicos Raciais*. Brasília: SECAD, 2010.

MIRANDA, Monique. *Classificação de raça/cor e etnia: conceitos, terminologia e métodos utilizados nas ciências da saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

Munanga, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação PENESB. Rio de Janeiro: PENESB; 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na escola*. 2ª Ed. Brasília: MEC/Secad, 2005

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: uso e sentidos*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1998

MOTTA, Kátia Sausen da. *Infância negra: aspectos da vida cotidiana das crianças escravas na Vila de Vitória (1790-1810)*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. 4., .Curitiba, 2009.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes. *A alteridade e a construção de identidades pedagógicas: (re)visando teorias dialógicas*. In: CORACINI, Maria José; GRIGOLETTO, Marisa; MAGALHÃES, Izabel (org.). *Práticas Identitárias: língua e discurso*. São Carlos: Claraluz, 2006 p. 27-44.

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* São Paulo: José Olympio, 1988

PIRES, S. R. de A. *Serviço Social : função educativa e abordagem individual*. 2003. 336 f . Tese (Doutorado em Serviço Social ) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

PRIORE, Mary del (Org.). *História da criança, no brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. “Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX). *Revista de História*, 5, 1-2, 2013, p. 107-134.

SILVA, Jerusa Paulino da ; FERREIRA Rosângela Veiga Julio; FARIA, Jeniffer de Souza . *A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva.* | Juiz de Fora: CES Revista | v. 25 |2011.

# ANEXOS



**Universidade Estadual da Paraíba**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA A COR DA CULTURA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**QUESTIONÁRIO**

Este instrumento tem o objetivo de coletar dados para compor uma Pesquisa sobre Educação Infantil na UEPB, portanto agradecemos a sua disponibilidade em apresentar as suas respostas.

1- Há quanto tempo a senhora trabalha de Monitora?

4<sup>o</sup> 3<sup>o</sup> anos

2- Qual é a sua idade? 37

~~9<sup>o</sup> grau completo~~

3- Qual é o seu grau de escolaridade?

9<sup>o</sup> grau completo

4- Como a senhora se auto identifica?

Negra

Preta

Branca

Indígena

Amarela

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

5- Você gosta de trabalhar com crianças? Justifique.

Sim:

6- Na sua opinião as crianças se comportam de forma diferentes? Explique.

Não, são normais

7- Na sua opinião quais as crianças mais trabalhosas: as negras ou as não negras?

Não há minha opinião são iguais

8- Nesta creche existe alguma ação que valorize a auto estima das crianças?

Sim

9- Existe alguma ação que enfoque a criança negra?

Sim

10- Quais são as histórias infantis que são contadas nesta creche?

Várias histórias: as três porquinhos  
e outras



**Universidade Estadual da Paraíba**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA A COR DA CULTURA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**QUESTIONÁRIO**

Este instrumento tem o objetivo de coletar dados para compor uma Pesquisa sobre Educação Infantil na UEPB, portanto agradecemos a sua disponibilidade em apresentar as suas respostas.

1- Há quanto tempo a senhora trabalha de Monitora?

17 anos

2- Qual é a sua idade?

36

3- Qual é o seu grau de escolaridade?

Magistério e 2º grau completo

4- Como a senhora se auto identifica?

( ) Negra

( ) Preta

( ) Branca

(x) Indígena

( ) Amarela

( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

5- Você gosta de trabalhar com crianças? Justifique.

Sim - porque cada criança é uma experiência

6- Na sua opinião as crianças se comportam de forma diferentes? Explique.

Sim - porque a natureza delas adquire

mas é igual, existem umas e outras agitadas

7- Na sua opinião quais as crianças mais trabalhosas : as negras ou as não negras?

Na minha opinião com não tem nada a haver.

8- Nesta creche existe alguma ação que valorize a auto estima das crianças?

Sim o espaço que ela oferece.

9- Existe alguma ação que enfoque a criança negra?

Não.

10- Quais são as histórias infantis que são contadas nesta creche?

Chapéuzinho Vermelho, Os Três porquinhos e etc.



**Universidade Estadual da Paraíba**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA A COR DA CULTURA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**QUESTIONÁRIO**

Este instrumento tem o objetivo de coletar dados para compor uma Pesquisa sobre Educação Infantil na UEPB, portanto agradecemos a sua disponibilidade em apresentar as suas respostas.

1- Há quanto tempo a senhora trabalha de Monitora?

*há 8 anos*

2- Qual é a sua idade?

*37 anos*

3- Qual é o seu grau de escolaridade?

*maestrão*

4- Como a senhora se auto identifica?

- Negra  
 Preta  
 Branca  
 Indígena  
 Amarela  
 Outra. Qual? *Parda*

5- Você gosta de trabalhar com crianças? Justifique.

*Sim por que eles aprendem com o nosso conhecimento*

6- Na sua opinião as crianças se comportam de forma diferentes? Explique.

*Sim cada uma tem seu comportamento diferente umas calmas outras agitadas.*

7- Na sua opinião quais as crianças mais trabalhosas : as negras ou as não negras?

*As duas pois na escola não temos diferenças de raças ou cor.*

8- Nesta creche existe alguma ação que valorize a auto estima das crianças?

*Com certeza aqui as crianças são valorizadas e respeitadas.*

9- Existe alguma ação que enfoque a criança negra?

*Não*

10- Quais são as histórias infantis que são contadas nesta creche?

*Bontão de Fadas*

*Kiriku e a feiticeira*

*A galinha ruiva e outras.*



**Universidade Estadual da Paraíba**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA A COR DA CULTURA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**QUESTIONÁRIO**

Este instrumento tem o objetivo de coletar dados para compor uma Pesquisa sobre Educação Infantil na UEPB, portanto agradecemos a sua disponibilidade em apresentar as suas respostas.

- 1- Há quanto tempo a senhora trabalha de Monitora?
- 2- Qual é a sua idade?
- 3- Qual é o seu grau de escolaridade?
- 4- Como a senhora se auto identifica?
  - ( ) Negra
  - ( ) Preta
  - ( ) Branca
  - ( ) Indígena
  - ( ) Amarela
  - ( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_
- 5- Você gosta de trabalhar com crianças? Justifique.
- 6- Na sua opinião as crianças se comportam de forma diferentes? Explique.
- 7- Na sua opinião quais as crianças mais trabalhosas : as negras ou as não negras?
- 8- Nesta creche existe alguma ação que valorize a auto estima das crianças?
- 9 – Existe alguma ação que enfoque a criança negra?
- 10- Quais são as histórias infantis que são contadas nesta creche?